

**CONTRIBUIÇÕES ACERCA DO SUJEITO HISTÓRICO DO
LULISMO:
subproletariado e precariado**

Karen Christina Dias da Fonseca
UFABC – Universidade Federal do ABC, São Paulo/Brasil
Contato: karencilla@gmail.com

Paulo Roberto Elias de Souza
UFABC – Universidade Federal do ABC, São Paulo/Brasil
Contato: paulorobertosouza@ymail.com

Sidney Jard da Silva
UFABC – Universidade Federal do ABC, São Paulo/Brasil
Contato: sidney.jard@gmail.com

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevidéo, 26 a 28 de julho de 2017.

Contribuições acerca do sujeito histórico do Lulismo: subproletariado ou precariado?

Karen Christina Dias da Fonseca¹

Paulo Roberto Elias de Souza²

Sidney Jard da Silva³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir o sujeito histórico brasileiro emergente e considerado a base social do movimento político caracterizado como “Lulismo” no Brasil através do debate entre o conceito de subproletariado e precariado. O período histórico singular da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003-2010) e sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2016) destituída em um controverso processo de *Impeachment* motivou abordagens distintas sobre o sujeito histórico determinante para o relativo sucesso desse fenômeno político. A primeira, de André Singer (2012), identifica o subproletariado como principal suporte do sucesso e da estabilidade política desse período, enquanto que a segunda, proposta por Ruy Braga (2012), avalia que se trata majoritariamente de trabalhadores em condições precárias ou, o precariado, conceito de Guy Standing, mas reformulado por Braga de acordo com sua análise brasileira, na qual o precariado é parte considerável do proletariado contemporâneo e não uma classe em si, como proposto pelo economista inglês. A partir do debate entre os trabalhos dos dois autores, busca-se refletir em torno dos dois conceitos para identificar aquele que melhor se adequa ao fenômeno do “Lulismo”, tanto em sua perspectiva sociológica material, mas também em sua perspectiva política-discursiva.

Palavras-Chaves: Classes Sociais, Lulismo, Precariado, Subproletariado.

¹ Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC - Universidade Federal do ABC, São Paulo, Brasil. Bolsista Capes. Contato: karencilla@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC – Universidade Federal do ABC, São Paulo, Brasil; Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livre - Lab Livre/UFABC. Bolsista Capes. Contato: paulorobertosouza@ymail.com.

³ Doutor em Ciência Política pela USP – Universidade de São Paulo. Professor da UFABC. Contato: sidney.jard@gmail.com.

Introdução

Nos últimos tempos no Brasil, as manchetes nos meios de comunicação, as conversas nos jantares das famílias, os debates acadêmicos e em mesas de bar não raro se concentram no tema da política nacional, em que inevitavelmente a figura de Lula aparece como “preso?”, “culpado?”, “inocente?”, “perseguido?”, “será que ganha em 2018?”. Mesmo envolvido diretamente e juntamente com políticos aliados do próprio partido, a figura política de Lula tem uma força importante na história política brasileira, despertando amor e ódio e leituras amplamente enviesadas nos mais diversos espectros políticos ideológicos, no qual as análises variam nos seus extremos de “maior presidente da história do Brasil” para “maior bandido e/ou chefe de quadrilha do país”.

A centralidade de Lula na política brasileira não é simples obra do acaso, mas sim consequência de sua trajetória política iniciada no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC até depois de sua despedida da presidência da República em 1 de janeiro de 2011.

Desde 2006, esse fenômeno político ocupa a centralidade da política brasileira. A partir da reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a recomposição do eleitorado que o reconduziu à presidência do Brasil e elegeu duas vezes a sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2016, com o segundo mandato cassado mediante controverso processo de *impeachment* encerrado em 2016⁴), uma base social distinta do tradicional proletariado do século XX deu votos e vida a esse fenômeno que, mesmo com as sucessivas crises e escândalos políticos que golpearam fortemente o maior partido de esquerda da América Latina, o PT - Partido dos Trabalhadores, ainda mantém uma base social que garante boas perspectivas eleitorais para Lula nas eleições presidenciais de 2018⁵.

⁴ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Último acesso em 09/07/2017.

⁵ As últimas pesquisas apontam que Lula venceria em quase todos os cenários em que aparecem desde políticos tradicionais até o juiz de primeira instância, Sérgio Fernando Moro, um dos responsáveis pelo julgamento dos réus da “Operação Lava-Jato”, que apura esquemas de corrupção na Petrobrás e com as principais empresas da construção civil do Brasil. Pesquisa disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2017/05/1880342-lula-lidera-no-1-turno-bolsonaro-crece-e-empata-com-marina-em-2.shtml>. Último acesso em 22/05/2017. Em 12 de julho de 2017, Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro na compra de um apartamento na cidade do Guarujá, no litoral do Estado de São Paulo, no caso que ficou conhecido como o “Triplex do Guarujá”. Documento integral da sentença disponível em <http://media.folha.uol.com.br/poder/2017/07/12/sentenca-lula.pdf>. Último acesso em 13/07/2017. Até a finalização deste trabalho, Lula estava impossibilitado de concorrer a qualquer cargo público por dezenove anos. Somente o julgamento em segunda instância, caso seja absolvido, dará os direitos políticos de volta ao ex-presidente brasileiro.

A figura política de Lula se mantém no centro do debate até mesmo quando o atual presidente Michel Temer é indiciado em mais um caso de corrupção em que um de seus principais interlocutores é gravado recebendo uma mala com quinhentos mil reais (algo em torno de US\$155.000,00)⁶.

Enquanto que o PT e outros grupos de esquerda (inclusive aqueles que se opõem historicamente ao lulismo e sequer fizeram parte da base aliada ao PT nas gestões federais, como três partidos oriundos de rupturas com o PT, PCO- Partido da Causa Operária, PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), alguns meios de comunicação e parcelas da sociedade civil se colocam favoráveis à realização de eleições diretas emergenciais⁷, os principais meios de comunicação e partidos de direita tentam buscar saídas, seja via eleição indireta, seja a manutenção do atual presidente até o final do mandato em 31 de dezembro de 2018, como forma de impedir uma possível volta ao poder por parte de Lula.

Tudo isso ocorre principalmente porque a falta de perspectiva para uma saída minimamente positiva das crises política, econômica e social no Brasil não tem uma figura mais forte politicamente que Lula no momento, com todas as suas incertezas e contradições, características de líderes de tamanha representatividade como o ex-sindicalista e ex-presidente brasileiro, oriundo de Garanhuns, Pernambuco, em uma das regiões mais pobres do Brasil.

Enquanto a classe média, base histórica do PT e de Lula desde a fundação do partido em 1980 até as eleições de 2002 foi abandonando paulatinamente o ex-líder sindical e seu partido, uma classe social mais vulnerável passou a ocupar esse peso determinante no eleitorado de Lula (Singer, 2012). É a partir daí que esse sujeito histórico ganha relevância no debate nacional, uma vez que esse estrato de classe desempenhou papel determinante em três eleições presidenciais consecutivas.

Dois autores brasileiros se debruçaram a entender as características desse sujeito histórico que seria a base social do Lulismo. Ex-porta voz de Lula no primeiro mandato presidência da República (2003-2006), o cientista político André Singer foi o pioneiro na análise deste fenômeno. Iniciado no artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” (Singer,

⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/veja-o-video-com-a-sequencia-em-ricardo-rocha-loures-recebe-dinheiro-da-jbs.ghtml>>. Último acesso em 13/07/2017.

⁷ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/esquerda-quer-frente-ampla-por-eleicoes-diretas,70001812634>>. Último acesso em 13/07/2017.

2011), o debate se estendeu nas ciências sociais brasileiras e teve desdobramentos em outros campos do conhecimento, como a psicanálise (Ab'Sáber, 2011).

Em comum, a perspectiva de que se trata de uma numerosa fração do proletariado. No entanto, os conceitos trabalhados pelos autores tem importantes divergências e distinções que serão debatidas no decorrer deste artigo, especialmente no que diz respeito à postura política.

Nesse sentido, o artigo está dividido em mais duas partes além desta introdução, e sucedidas das considerações finais. Na próxima seção é desenvolvida a perspectiva adotada por André Singer, o subproletariado, através das obras pioneiras e percussoras do debate em torno do fenômeno político do Lulismo, buscando compreender a importância dessa leitura e a dinâmica dialética entre Lula e este estrato de classe que a transformou na principal base social do lulismo.

Em seguida, é desenvolvida a perspectiva de Braga, precedida pela apresentação do conceito de precariado desenvolvida por Guy Standing (2014) do qual Braga parte conceitualmente, mas diverge em alguns pontos e contextualiza a partir do Brasil como um país do capitalismo periférico, no qual percebe a apropriação desse estrato de classe disperso política pelo lulismo, ao mesmo tempo em que vislumbra uma capacidade de organização política por parte deste precariado, o proletário precário.

Nas considerações finais, são apresentadas as reflexões dos autores deste trabalho, no sentido de compreender as contribuições, convergências e divergências entre os Singer e Braga, e uma breve perspectiva desse sujeito histórico dentro do turbulento contexto político, econômico e social no qual o Brasil está imerso atualmente.

1. Lulismo como fenômeno “positivo” do subproletariado

Após a vitória na eleição de 2002, Lula manteve a ordem político-econômica neoliberal dos governos anteriores, adotando uma postura mais conservadora neste campo. No primeiro ano de mandato, o poder de compra do salário mínimo ficou estagnado, os juros subiram, foram feitos cortes no orçamento público e encaminhado ao Congresso um projeto de reforma conservadora da Previdência Social⁸. Como resultado imediato, o país teve crescimento abaixo do esperado e aumento do desemprego.

Contudo, ao final do segundo mandato de Lula em 2010 a situação do Brasil era bem diferente: os juros caíram, a economia voltou a crescer, o salário mínimo teve aumento

⁸ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52010.shtml>>. Último acesso em 10/07/2017.

acumulado de 50% acima da inflação, o programa “Bolsa Família” beneficiava 12 milhões de famílias, houve expansão do crédito e do consumo aliado ao encolhimento do desemprego e da desigualdade de renda.

André Singer (2012) propõe um esquema interpretativo para compreensão dessas mudanças, o realinhamento eleitoral que se consolidou em 2006 fazendo surgir o lulismo. A partir do grande escândalo político do primeiro governo de Lula no Brasil (2003-2006): o midiaticamente nomeado de “Mensalão”, no qual foi denunciado um esquema de pagamento de propina para aprovação de medidas favoráveis ao governo federal por parte do partido do presidente. Tal fato ocorrido em 2005 fez com que o governo perdesse apoio e votos da classe média no pleito de 2006, entretanto, os frutos iniciais das medidas de redução da pobreza e desigualdades conquistaram as parcelas mais pobres do eleitorado, o *subproletariado*, que votou em massa pela continuidade do governo.

Este subproletariado foi alçado à condição de proletariado pelo acesso ao emprego formal. Por ser uma fração de classe numerosa e, portanto, com peso eleitoral, este realinhamento garantiu a base eleitoral lulista, permitindo que Lula aprofundasse o modelo de diminuição da pobreza sem prejuízos ao capital, tanto produtivo quanto financeiro, já iniciado no primeiro mandato.

Singer (2012) toma o conceito de subproletariado de Paul Singer (1981), que identifica como tal a fração de classe trabalhadora superempobrecida permanente que representa parcela significativa da população economicamente ativa.

Em 1981, Paul Singer percebeu que a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente constituía, na realidade, fração de classe, à qual denominou subproletariado, e logrou quantificá-la, concluindo tratar-se de nada menos que 48% da população economicamente ativa (PEA), contra apenas 28% de proletários (dados de 1976). Estava ali a chave para entender por que o processo político brasileiro não pode ser pensado sem se levar em consideração o elemento subproletário. Afinal, apresentando-se na cena política como massa, o subproletariado, por seu tamanho, influi decisivamente na luta de classes. (SINGER, 2012, p. 19-20).

A origem do subproletariado remete-se à escravidão, em que uma massa regionalmente concentrada, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, se mantém permanentemente na miséria e não se incorpora à condição proletária.

Quando o lulismo coloca como objetivo o combate à fome a miséria e dinamiza a economia nordestina, está também abalando os alicerces que historicamente colocaram os excluídos como sustentáculo da exclusão, assim gerando desenvolvimento econômico com

distribuição de renda e manutenção da ordem, feito que nem o “milagre econômico” da década de 1970 tinha produzido.

Ao propor um ângulo de classe ao lulismo, o esquema interpretativo de Singer (2012) sugere que houve realinhamento, repolarização e repolitização da disputa partidária brasileira. A polarização existente na política brasileira entre o PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) desde 1994, reconhecida por diversos autores, para Singer (2012) mudou de conteúdo, deixou de ser entre direita e esquerda e passou a ser entre ricos e pobres:

[...] A ascensão do subproletariado, do qual o PT se tornou o representante na arena política, por isso se assemelhando a um “partido dos pobres” de estilo anterior a 1964, significa que as classes fundamentais passam para o fundo da cena. Foi por isso que a polarização entre esquerda e direita, esmaeceu sendo substituída por uma polarização entre ricos e pobres parecida com a do período populista. (SINGER, 2012, p.34).

A disputa marcada discursivamente como um antagonismo forjado entre “ricos” e “pobres” no pleito eleitoral naquele ano levou um número expressivo de eleitores às urnas com novo alinhamento ideológico. Enquanto que nas eleições anteriores o PT ficava com os votos da esquerda e os votos da direita eram “anti-PT”, os mais pobres se alinhavam com as perspectivas conservadoras da direita. O lulismo, a partir de 2006, foi responsável por enfraquecer essa polarização anterior entre direita e esquerda e fortalecer a polarização ricos e pobres, pois ele separou os eleitores de baixa renda concentrados principalmente no Norte e Nordeste, dos eleitores das camadas médias e de maior renda, localizados no Sul e Sudeste. Estes primeiros votaram no PT, enquanto que os demais votaram em candidatos do PSDB.

Segundo Singer (2012), o lulismo adquire traços bonapartistas “farsescos”, guardadas as devidas distinções, como colocados por Karl Marx em O 18 Brumário (2002) . Marx coloca que no governo de Luís Bonaparte na França, as frações de classe que não tinham consciência de si e não se organizavam como tal, buscavam enquanto massa uma liderança com a qual pudessem se identificar e se beneficiar. Uma vez encontrada essa liderança que a unifica essa massa, entra na cena política de maneira intempestiva, concedendo apoio quase incondicional e autonomia ao governante. Embora haja importantes diferenças, especialmente no que tange o fato de que Marx os caracteriza muito mais como pertencentes ao

lumpemproletariado⁹, Singer vê no lulismo algumas características desse período recente no Brasil como a constituição de uma política de massa, com o viés profundamente popular.

O sucesso de soluções intermediárias, arbitrais, depende, em alguma medida, da figura providencial do líder que dá a cada um o seu quinhão. O reforço da autoridade do presidente, que aparece como “benfeitor patriarcal de todas as classes”, é parte constitutiva do esquema, e o êxito da arbitragem tira a centralidade da luta de classes. Há, portanto, algum componente bonapartista ou cesarista nesse tipo de configuração. (SINGER, 2012, p. 201).

Quando o capitalismo se expande e existem ganhos consideráveis a serem distribuídos, a arbitragem é facilitada. O lulismo fez isso com maestria ao realizar concomitantemente medidas que beneficiassem ricos e pobres como, por exemplo, o pagamento de juros a investidores e a transferência de renda para os mais pobres. Assim, cada fração de classe cultivava seu *lulismo de estimação*, nas palavras de Singer (2012, p.202).

De todas as políticas adotadas, as que sustentam o governo em tempos de crise, como a do “Escândalo do Mensalão”, são aquelas voltadas para a base da pirâmide social brasileira. Por este fato, a solução arbitral decisiva do lulismo e que garante a sua continuidade é a integração do subproletariado, deste modo, o lulismo imprime sua cara, a unidade do subproletariado ao redor da figura carismática do presidente.

Assim, o reformismo adotado pelo lulismo, embora pareça fraco sob alguns aspectos, deslocou a luta de classes entre direita e esquerda e fez nascer um novo proletariado, que se insere no debate público na polarização “rico x pobre”. Por outro lado, impôs um paradigma, pois os outros partidos se quiserem conquistar as parcelas menos cooptadas do subproletariado, terão que se aproximar do lulismo. Como exemplo, podemos citar as propostas de campanha¹⁰ para as eleições de 2010 do candidato do PSDB, José Serra, que prometia duplicar o número de famílias atendidas pela política de transferência ampliada pelo PT, o “Programa Bolsa Família”.

Nas eleições de 2010, a coligação do PT com o PMDB que elegeu a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, apresentava certa incompatibilidade entre os programas de governo dos dois partidos, mas o lulismo sintetizou as diferenças através do

⁹ Por lumpemproletariado – proletário maltrapido –, Marx caracteriza de forma essencialmente negativa e pejorativa um estrato do proletariado que viveria de trabalhos questionáveis e/ou pequenos roubos, furtos, pequenos favores etc., sem qualquer possibilidade de adquirir consciência de classe, mas ao contrário, que se associariam a qualquer grupo ou classe social que rendesse vantagens pessoais imediatas. No “18 Brumário”, Marx (2002) elenca algumas dessas ocupações e desocupações dos sujeitos desse estrato de classe.

¹⁰ Ao optar por este caminho, Serra abandonou a plataforma liberal do partido, construída nos mandatos de FHC, deixando a classe média e a burguesia neoliberal, inconformadas com a ascensão do subproletariado, sem representação política.

equilíbrio entre os interesses do capital e do trabalho, incorporando as demandas de interesses do capital defendidas pelo PMDB, enquanto que buscava também incorporar algumas demandas de correntes mais à esquerda do próprio PT.

Dias antes da eleição de Rouseff, os compromissos assumidos por seu governo excluía as demandas mais radicais de ambos os lados, em um programa de consenso, que calou as vozes mais à direita e mais à esquerda do debate. Singer (2012) chama esse processo de uma conversão da segunda alma do PT ao lulismo, isto é, o partido abandonou a luta anticapitalista em nome de um capitalismo popular e de um reformismo fraco, preocupado em transferir para o proletariado parte da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, recuando a luta ideológica para fora do conflito capital x trabalho.

Para o proletariado já estabelecido essa transferência é interessante, pois diminui o exército industrial de reserva, que é sempre uma ameaça para a conquista de direitos. Somado a isso o fato que o lulismo desatrelou, pela primeira vez na história, o subproletariado da burguesia no Brasil, com a consolidação de um poder que se coloca aparentemente acima das classes.

Com esse desatrelamento, se esperava que o programa reformista do lulismo, levasse a radicalização entre burguesia e proletariado, com aumento da mobilização social, como esperava o que Singer (2012) denominou de a primeira alma do PT. Contudo, este reformismo foi fraco, não radicalizou e até desmobilizou, trazendo sim mudanças, porém lentas.

Para compreendê-lo, Singer (2012), sugere a noção de revolução passiva de Gramsci, em que há um movimento sem mobilização de baixo para cima. Por exemplo, no que tange à queda da desigualdade o avanço foi notável, mas ainda lento, insuficiente e seriamente ameaçado pela ausência de organização e mobilização de classe, que o tornaria mais efetivo e duradouro.

O lulismo consolida, portanto, uma hegemonia capitalista no país, formando um novo proletariado, tal qual em outros países periféricos de capitalismo tardio como a China, Índia e África do Sul. Estes países, que possuem um capitalismo ainda muito dependente da indústria enfrentam conflitos fordistas, que envolvem a luta por direitos por parte do novo proletariado, no mesmo momento em que o proletariado da Europa e dos EUA está se desintegrando. Estes novos arranjos da luta de classes refletem nas polarizações, representações e caminhos da política ao redor do mundo.

No Brasil, este novo proletariado tem características ambíguas e abre possibilidades distintas de representação diante da polarização ricos e pobres. Por um lado, o PSDB que

tendo incorporado alguns traços lulistas, busca se mostrar como o partido capaz de atender aos interesses de consumo da classe média e do proletariado emergente fortalecendo o mercado, e, por outro lado o PT, mais enraizado entre os pobres, buscando cumprir o programa lulista de inclusão do subproletariado.

À medida que Lula é sustentado pelo subproletariado ele obtém certa autonomia em seu governo e cria, nas palavras de Singer (2012), *um ponto de fuga para a luta de classes*, pois a mesma passa a ser arbitrada de cima para baixo de acordo com a convergência de forças, com o governo ora tomando medidas que atingem os interesses do capital, ora tomando medidas que vão contra aos interesses dos trabalhadores.

Singer (2012) aponta que o lulismo se colocou como juiz acima das classes, principalmente ao incorporar um discurso tanto conservador quanto progressista de que a conquista de igualdade prescinde de uma luta de classe organizada, já que pode ser conduzida através de um Estado fortalecido que defenda os interesses dos mais pobres frente às pressões do capital. Assim, os agentes da luta de classes não eram mais os burgueses e os proletários, ou à esquerda e à direita, mas sim o Estado popular contra a elite “antipovo”. Este discurso, quando proferido por Lula, um nordestino que veio do subproletariado, se reveste de força e legitimidade ímpares e responde, em parte, pelo relativo sucesso desse fenômeno político.

2. O precariado como paradigma do lulismo

Oriundo das mobilizações antineoliberais da virada do século XX, o conceito de Precariado passou a ganhar relevância nos últimos anos, especialmente no cenário europeu, com o trabalho do economista inglês Guy Standing, referência direta, porém com algumas divergências, da proposta desenvolvida por Braga que busca uma contextualização para tal.

O conceito de precariado é um neologismo da junção de “precário” e “proletário”. Sua origem data dos anos 1980 como consequência das políticas de flexibilização do sistema neoliberal, sistema que teve como suas principais lideranças políticas a ex-primeira-ministra britânica conservadora Margareth Thatcher e o ex-presidente os Estados Unidos, Ronald Reagan, do partido conversador Republicano.

Nos trinta anos seguintes à emergência discursiva, as aplicações políticas do neoliberalismo e da flexibilização do trabalho foram aplicadas em maior (conservadores/neoliberais) e em menor grau (trabalhistas/socialdemocratas) nas economias capitalistas de todo o mundo. Especialmente na Europa, cenário de análise de Standing, as

conquistas do pós-guerra expressas nos Estados de Bem-Estar Social foram paulatinamente negadas às novas gerações de jovens altamente escolarizados por esses sistemas, mas sem as garantias mínimas de uma carreira profissional estável.

Segundo Standing (2013), o despertar dessa nova classe ocorreu com cinco mil pessoas em 2001, no Dia do Trabalhador, em Milão, (quatro anos depois já superara os 50 mil) em Milão, deixando os velhos representantes da classe trabalhadora atônitos, especialmente pela negação a esses representantes tradicionais, que na Europa atendiam pelas alcunhas de trabalhistas ou socialdemocratas.

Entre seus heróis intelectuais, temos Pierre Bourdieu, que articulou a precariedade, Michel Foucault, Jürgen Habermas, *Michael Hardt e Tony Negri, cujo Império foi um teto seminal*, tendo Hannah Arendt, como pano de fundo. Havia também as sombras dos levantes de 1968, ligando o precariado à Escola de Frankfurt de *O homem unidimensional* de Herbert Marcuse. (Standing, 2013, p. 17) (grifos dos autores).

Nesta formulação conceitual, o precariado é parte de uma estrutura de classes mais condizente com as sociedades contemporâneas dentro de uma fase do capitalismo globalizado. Segundo Standing (2013; 2014), esta sociedade está estruturada em sete grupos, baseado em termos de rendimento médio, que não necessariamente se constituem como classe.

No topo da pirâmide existe uma *plutocracia* internacional, “super-cidadãos” desvinculados do Estado-Nação, tendo acumulado a maior parte da riqueza ilicitamente e com grande poder de manipulação através de políticos e lobistas, com ameaças financeiras; em seguida, está a *elite* nacionalmente definida, mas com características parecidas com a primeira, e se articula com políticos e meios de comunicação. Assim, formam a classe dominante.

Logo abaixo, o autor identifica o grupo que ele denomina de *proficians*, uma espécie de “classe média”, em franca expansão em decorrência da privatização do setor público, formada majoritariamente por consultores e empresários que vendem a própria força de trabalho, com rendimentos elevados, mas expostos a riscos morais, que aspiram a ascensão aos grupos acima (Standing, 2013; 2014).

Em seguida está localizado o “*velho proletariado*”, em rápido processo de retração, sem condições de avançar ou impor sua agenda política; com garantia dos seus direitos trabalhistas conquistados através dos Estados de bem-estar social, mas não para aqueles que estão abaixo. Chegamos então à nova classe perigosa.

Segundo o autor,

Para nossos propósitos, o precariado consiste em pessoas que são desprovidas das sete formas de garantia relacionadas ao trabalho [...] perseguidas pelos social-democratas, partidos trabalhistas e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial como sua agenda de “cidadania industrial” para a classe trabalhadora ou para o proletariado industrial. (Standing, 2013, pp. 27-28).

As sete garantias seriam a (i) de mercado de trabalho, (ii) de vínculo empregatício, (iii) segurança no emprego, (iv) segurança no trabalho, (v) de reprodução de habilidade, (vi) segurança de renda, e (vii) garantia de representação (Standing, 2013). O precariado em geral não tem nenhuma dessas garantias.

O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e a esse fenômeno de massas chamado *crowdsourcing*. (Standing, 2014, p. 12).

Standing distingue – ao contrário de Braga, como será possível ver em seguida – o precariado do proletariado na medida em que o primeiro está condicionado pelo capitalismo global “a um trabalho e a uma vida de instabilidade” (Standing, 2014, p. 13). Depende também de salários nominais, nunca tendo rendimentos seguros. É a principal vítima da retirada sistemática de direitos pelo Estado contemporâneo, isto é, está perdendo aquilo que constitui a cidadania.

Por último, um outro traço distintivo do precariado é a sua consciência de classe, traduzida num fortíssimo sentimento de privação relativa e de frustração quanto ao seu estatuto. Essa circunstância carrega consigo conotações negativas, mas ao mesmo tempo contém um elemento de transformação radical, que coloca o precariado numa posição intermediária entre o “capital” e o “trabalho”. (Standing, 2014, p. 13).

Assim, no contexto de sociedades que estão no centro do capitalismo global, na leitura de Standing, o proletariado já teria cumprido o seu processo histórico, na medida em que obteve muitas conquistas políticas, econômicas e sociais no decorrer do século XX através de suas representações tradicionais sindicais e em partidos socialdemocratas/trabalhistas: estabilidade e progressão na carreira, capacidade de planejamento familiar de longo prazo, aposentadoria, lucros com fundos de pensão, além da construção e manutenção por um breve período de um Estado de bem-estar social mais ou

menos consistente e duradouro a depender do país garantiu uma melhora progressiva e geracional para aqueles que fizeram parte dessa classe social até o final do século XX e que hoje estão em sua maioria aposentados e aqueles ativos correspondentes a um estrato social muito reduzido. Nesse sentido, a distinção classista desenvolvida pelo autor inglês diz respeito a questões econômico-sociais, mas também políticos, uma vez que Standing (2014) afirma que esta classe não tem qualquer identificação com o emergente precariado.

O precariado é também, historicamente, a primeira classe que efetivamente possui um nível superior de habilitações em relação aos tipos de trabalho que virá a exercer durante a vida. Assim, vem a ser uma classe perigosa porque recusa igualmente todas as velhas tradições políticas dominantes por um lado e, por ainda não ser uma classe-para-si, “uma vez que acha em guerra contra si mesma devido ao fato de padecer de três formas de privação relativa, cada uma delas definidora dos *três tipos de precariado atualmente em tensão*” (Standing, 2014, p. 14). A saber: os *atávicos*, sem instrução, afastados das comunidades trabalhadoras e altamente influenciáveis pelo populismo e pela extrema-direita; os *nostálgicos*, formado por migrantes e minorias, tendem à passividade ou desprendimento político; e, os *boêmios* ou *progressistas*, com alto grau de instrução, porém frustrados em relação ao respectivo *status*. O autor considera que este grupo é a parte potencialmente transformadora, a *vanguarda do precariado* (Standing, 2014).

Nem conservadores/neoliberais, nem sociaisdemocratas/trabalhistas; nem classe média, nem proletariado. Na leitura de Standing emerge então uma nova classe, no sentido de que ninguém as representa. Um grupo social crescente em situações de trabalho cada vez mais precárias, instáveis, sem representação sindical ou representativa como o proletariado do século XX. Vulneráveis, passivos ou vanguardistas, mas em geral um grupo em construção e que parece começar a se identificar com algumas correntes e movimentos políticos contemporâneos.

Como já citado, no entanto, o conceito de Precariado é utilizado de forma distinta por Ruy Braga em relação ao conceito de Standing, uma vez que o primeiro busca realizar uma tradução do conceito que é desenvolvido dentro de um contexto de pós-Estado de bem-estar social pelo segundo, enquanto que o cenário que Braga analisa é de um país do capitalismo periférico, esta própria leitura, desenvolvida no contexto acadêmico latino-americano.

Segundo Braga (2012), após a Segunda Guerra Mundial, economias emergentes como o Brasil, o México e a Coreia do Sul, dentre outras, passaram do taylorismo primitivo para o fordismo periférico, isto é, o regime de acumulação deixou de basear-se em indústrias de baixa produtividade orientadas para a exportação de bens de consumo não-duráveis para

indústrias mecanizadas, orientadas para a acumulação intensiva de capitais, produzindo bens de consumo duráveis.

O fordismo periférico, em um sistema mundializado de trocas mercantis, permitiu a mediação entre economias capitalistas avançadas e subdesenvolvidas, mantendo os níveis mais qualificados de produção nos países desenvolvidos, enquanto parte da produção se pulverizava em países que ofereciam custos menores de produção, principalmente pela mão de obra abundante e barata.

Deste modo, os países que tiveram no fordismo periférico o seu modelo de desenvolvimento, passaram a exportar bens de consumo duráveis, mas a importar capitais, enquanto que os ganhos de produtividade trazidos pela mecanização não se revertiam em melhores salários ou condições de trabalho, contribuindo para manter a massa de proletários e semiproletários à mercê desse sistema.

No Brasil, o fordismo periférico se estendeu de 1950 até 1990, quando a economia se integrou ao processo de mundialização capitalista com o neoliberalismo. Durante esse período, tivemos a formação de um operariado fordista brasileiro, que não tinha os ganhos de produtividade repassados ao seu salário, como o operário da Europa Ocidental ou dos EUA. Aqui, a regulação populista – sempre tratado como um fenômeno político negativo por Braga – e ditatorial dos salários, aliada a ausência de uma ascensão social e uma igualdade real alimentaram no operariado um estado permanente de inquietação e insatisfação social.

As pressões das massas trabalhadoras sobre os limites do fordismo periférico aumentaram, resultando em grandes ciclos de greves gerais operárias entre 1953 e 1957 e entre 1961 e 1964. O motivo não foi apenas este, mas o resultado foi a substituição da regulação populista pela autoritária com o golpe de 1964.

Tais fatos contribuíram para fazer do precariado metalúrgico um sujeito político poderoso, que esteve no centro da cena política nacional a partir da metade da década de 1970. Assim, em 1978 temos o início daquilo que viria a se transformar na hegemonia lulista, resultante do encontro desse sujeito político com a burocracia sindical de São Bernardo do Campo. Esta hegemonia baseou-se na negociação dos sindicatos com as empresas em troca de pequenas concessões aos trabalhadores, articulando o consentimento ativo das cúpulas sindicais com o consentimento passivo das bases trabalhadoras.

O consentimento passivo permitiu que o prestígio que a burocracia sindical adquiriu com o ciclo de greves a tornasse apta a resolver os conflitos fabris sem escapar do controle da empresa, ao mesmo tempo em que tutelava as organizações de base, incorporando-as à estrutura oficial. Aqueles operários que mais se destacavam no chão de fábrica eram

rapidamente incorporados às fileiras sindicais, alimentando o consentimento ativo em torno de lideranças como Lula da Silva.

A trajetória de Lula da Silva aponta para essa direção: mesmo fazendo parte da diretoria ampliada do sindicato em 1969, aproximou-se da oposição a Paulo Vidal, reconciliando-se com o “pelego” sindical em troca de uma vaga na diretoria efetiva de 1972. Eleito diretor, ele passou a cuidar do recém-criado setor de previdência social e FGTS do sindicato. Escolhido por Vidal para encabeçar a chapa situacionista, procurou se cercar de novos ativistas oriundos das principais empresas do ABC paulista. (Braga, 2012, p.178).

A articulação entre essas duas formas de consentimento forjaram o início de uma nova forma de dominação social, em que os conflitos trabalhistas são pacificados por reformas e os ativistas de base são integrados à estrutura sindical oficial e ao Estado. O ápice dessa forma de dominação se deu após a eleição de Lula da Silva como presidente do país em 2002.

Assim, segundo Braga (2012), o lulismo a partir de 2002 representa uma “revolução passiva à brasileira”¹¹, apoiada no duplo consentimento, passivo por parte das classes mais baixas que aderiram ao programa do governo devido às políticas de redistribuição de renda e modestos ganhos de renda, e ativo por parte das cúpulas sindicais por objetivarem cargos no governo ou vantagens materiais com a administração dos fundos de pensão.

O precariado que luta sob a hegemonia lulista para solucionar os problemas de sua inserção precária no regime de acumulação, não tem como horizonte o socialismo ou uma transformação radical deste regime, mas exerce uma pressão popular inorgânica que alimenta um estado quase permanente de inquietação social, que pode ultrapassar as barreiras erguidas pelo movimento sindical.

No momento em que a hegemonia lulista entra em colapso, mais precisamente durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, e o governo não consegue mais regular politicamente as tensões com o capital, a capacidade do governo de pacificar os conflitos sociais é colocada em cheque.

Segundo Braga (2016), a crise política que se sucede e culmina com o processo de *impeachment* de Dilma, refletiram e condensaram as contradições de classe que se acumularam durante a hegemonia lulista. O modelo de desenvolvimento lulista se esgotou, pois se mostrou incapaz de responder às pressões do capital, aprofundando medidas

¹¹ Para as leitoras e para os leitores estrangeiros é importante destacar que o termo “à brasileira” corresponde a uma ideia de algo (negativamente) improvisado, não pensado ou desenvolvido como um projeto claro e intencional. Nesse sentido, a construção argumentativa de Braga sugere que o que houve foi uma revolução passiva improvisada.

neoliberais, tais como a elevação das taxas de juros e a privatização de setores estratégicos de infraestrutura.

Deste modo, a geração de empregos e a desconcentração de renda se tornaram cada vez mais inviáveis, bem como a efetivação das promessas mais populares de campanha,

O ajuste fiscal aplicado no início do segundo mandato confirmou a rendição da petista aos bancos, mas traiu a expectativa dos 54,5 milhões de eleitores que foram seduzidos pelas promessas de sua campanha de manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas. Afinal, quem garantiu a reeleição da presidenta foi exatamente o setor que recebe entre dois e cinco salários mínimos e que foi o mais atingido pelas medidas recessivas implementadas por Dilma Rousseff. (BRAGA, 2016, p. 91-92)

No entanto, Braga (2016) defende que não foram as concessões aos setores populares que motivaram a articulação de forças que derrubou Dilma, mas sim a incapacidade do governo de fazer concessões aos empresários, como eliminar direitos trabalhistas, reformar a previdência de maneira profunda e realizar um ajuste fiscal radical que alterasse a Constituição Federal; concessões estas condensadas no projeto “Uma ponte para o futuro” do governo de Michel Temer (PMDB).

Diante desse contexto, Braga (2016) vislumbra a intensificação das lutas sociais, pois o PT ainda controla os principais sindicatos do país, há forte preferência por Lula nas pesquisas eleitorais e o governo Temer conta com índices baixíssimos de aprovação popular. A resistência popular ao golpe sofrido pelo governo Dilma e aos rumos impopulares tomados pelo governo Temer pode intensificar a luta social em um patamar inédito na história brasileira.

Considerações Finais

Pelo até aqui exposto, foi possível delinear algumas das ideias de Singer e Braga sobre o sujeito histórico do lulismo compreendido como aquele que exerce um papel e poder político-eleitoral determinante na consolidação do fenômeno.

O ponto de convergência entre os dois autores está em torno da ideia de que este grupo é uma fração de classe do proletariado brasileiro, uma fração numerosa, para não dizer majoritária da classe trabalhadora do Brasil. Esta é uma distinção importante, especialmente em relação ao trabalho de Standing, que propõe uma nova estrutura de classes no capitalismo globalizado. Outro ponto de convergência diz respeito a pouca ou quase nenhuma capacidade de auto-organização e representação desse estrato do proletariado.

Outra semelhança fundamental entre os dois autores se refere ao fato de que ambos concordam que a hegemonia lulista entrou em colapso, e a base de sustentação formada pelo subproletariado, ou precariado, a este projeto de governo foi abalada. Contudo, a convergência entre os autores brasileiros se esgota neste ponto.

Por um lado, André Singer coloca que, embora o lulismo tenha reduzido a sobrepopulação superempobrecida permanente, incorporando ao proletariado parte do subproletariado através do emprego, consumo e crédito, seu compromisso é com a redução da pobreza e não com a redução substancial da desigualdade. Por este fato, Lula adotou um reformismo fraco, sem reformas anticapitalistas, mas ao contrário em determinados pontos defende este trabalho, e com mudanças lentas carentes de mobilização popular expressiva.

Como é característica no subproletariado uma ausência de auto-organização, esta fração de classe depositou no governo, e não na mobilização de classe ou na sociedade organizada, suas esperanças de ascensão com manutenção da ordem, para que as suas parcas conquistas não fossem ameaçadas. Tal fato fez com que esta classe apoiasse a continuidade do projeto lulista, o que levou à vitórias sucessivas nos pleitos eleitorais desde 2006.

Ainda segundo Singer (2012), o lulismo se colocou como paradigma para outros partidos que assumiram traços lulistas em seus programas de governo e substituiu a histórica polarização esquerda e direita na arena política pela polarização ricos e pobres, descolando o subproletariado do domínio burguês conservador e fazendo com que a classe média, ressentida pela ascensão do subproletariado e se sentido traída pelas denúncias de corrupção se colocasse veementemente contra o PT.

Tanto o governo de Lula quanto o de Dilma, foram sustentados pelo subproletariado e buscaram equilibrar a burguesia e o proletariado de modo que nenhuma das duas classes pudesse impor suas demandas. Deste modo, os conflitos foram balizados pelo governo de modo a conter a radicalização. Portanto, segundo Singer (2012), o subproletariado foi sujeito histórico fundamental no sucesso e consolidação do lulismo como paradigma político no Brasil, não através de mobilização social, mas principalmente nas urnas, elegendo sucessivamente os candidatos do PT.

Já segundo Braga (2012), houve consentimento passivo e ativo das classes trabalhadoras ao projeto lulista. O precariado através de um consentimento passivo resiste a algumas medidas impopulares adotadas pelo governo, que comprometem direitos dos trabalhadores, enquanto que as cúpulas sindicais, responsáveis por organizar substanciais parcelas do proletariado, consentem ativamente ao projeto lulista, pois através dele as burocracias sindicais foram fortalecidas e incorporadas aos quadros do governo.

Braga atenta para o fato de que parcelas do precariado estão se organizando e lutando por direitos, como forma típica de um conflito fordista periférico, enquanto que Singer ressalta a desmobilização popular que o lulismo ajudou a promover em contrapartida ao apoio do subproletariado ao lulismo como forma de manter sua ascensão.

Por outro lado, durante os acontecimentos políticos que sucederam a reeleição de Dilma Rousseff e que contribuíram para legitimar o questionável processo de *impeachment* sofrido pela sucessora de Lula, ressaltaram a fragilidade e limitação dessa desmobilização, uma que, enquanto setores da elite e, numericamente, setores da classe média brasileira participaram de grandes protestos em diversas capitais estaduais e grandes cidades do Brasil a favor da deposição da presidenta, esse estrato não teve grande participação nos protestos contra o *impeachment*, majoritariamente convocados por partidos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais.

O futuro imediato também não parece ser dos mais favoráveis para este estrato do proletariado, uma vez que o desemprego da população economicamente ativa no Brasil chegou a quatorze milhões¹². Neste cenário, seja o precariado ou o subproletariado, enquanto sujeito histórico pode mais uma vez interferir de maneira decisiva nos rumos políticos do país? A resposta não parece simples, já que o conturbado cenário da política brasileira se mostra cada vez mais desafiador para as análises em curso.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Ed. Hedra, 2011.

ALVES, Giovanni. O que é o precariado? **Blog da Boitempo**. 22/07/2013. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 103, Maio 2014, pp. 25-52, Coimbra, Portugal.

_____. Organizando a indignação. **Blog da Boitempo**. 10/11/2014. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/10/organizando-a-indignacao/>>.

¹² Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>>. Último acesso em 12/07/2017.

_____. Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EBC – Agência Brasil de Notícias. Portal de notícias da Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>>.

FOLHA – Um jornal a serviço do Brasil. Portal de notícias do jornal Folha de S. Paulo, Brasil. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. Para uma sociologia do precariado: as contribuições de Guy Standing, Giovanni Alves e Ruy Braga. **Revista Trabalho e Sociedade.** Fortaleza, v. 1, n. 1, jul/dez 2013, pp. 89-105.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2013.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos - CEBRAP,** São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>.

_____. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Cia. as letras, 2012.

STANDING, Guy. **O Precariado: A nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

_____. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** N. 103, Maio 2014, pp. 9-24, Coimbra, Portugal. Disponível em < <http://rccs.revues.org/5521>>. DOI : 10.4000/rccs.5521.